

# Juventude, Engajamento e Cultura Política: uma análise a partir dos movimentos de renovação política

Daniel Moraes Pinheiro<sup>1</sup>  
Victoria Vilvert Costa<sup>2</sup>  
Gisela Rabelo Farias<sup>3</sup>

## Resumo

Embora as instituições e o aparato normativo sejam fundamentais na democracia, é preciso que o sujeito viva e entenda a democracia, exercendo a vida política em todas as suas possibilidades. Após certo distanciamento dos jovens de algumas ações políticas, é preciso incentivar a participação e o seu engajamento na vida política. Em busca de espaços institucionalizados mais atrativos e que, em princípio, venham a se distinguir das estruturas políticas tradicionais, surgem os movimentos de renovação. O artigo tem por objetivo demonstrar a relação dos movimentos de renovação no engajamento dos jovens na política, a partir de sua própria visão enquanto ator político engajado nestes movimentos, analisando se estes movimentos contribuem e constituem mecanismos de construção de uma cultura política democrática.

**Palavras-Chave:** Cultura Política; Democracia; Juventude, Renovação

## Introdução

Enquanto sistema político ou de relações políticas em uma sociedade, a democracia tem se tornado constante adjetivo na sociedade, seja em defesa de

- 
- 1 Professor do PPGA Acadêmico em Administração e do Departamento de Administração Pública da Esag Udesc. Coordenador do Programa de Extensão em Educação e Cultura Política. Pesquisador no Núcleo de Pesquisa e Extensão em Inovações Sociais na Esfera Pública.
  - 2 Mestranda no PPGA Acadêmico em Administração e do Departamento de Administração Pública da Esag Udesc. Bolsista do Programa de Pós-Graduação DS/CAPES. Pesquisadora no Núcleo de Pesquisa e Extensão em Inovações Sociais na Esfera Pública.
  - 3 Mestranda no PPGA Acadêmico em Administração e do Departamento de Administração Pública da Esag Udesc. Pesquisadora no Núcleo de Pesquisa e Extensão em Inovações Sociais na Esfera Pública.

valores que lhe são próprios ou, ainda, de princípios que – paradoxalmente – tornam-se opostos à sua própria expressão.

Sob a ótica institucionalista, a Cultura Política tende a tratar a democracia a partir da consolidação das instituições que dela fazem parte, e que irão garantir os seus valores básicos. Assim, os sistemas institucionalizados garantirão, em princípio, que a sociedade possa vivenciar o ambiente democrático, e que os atores da política – o cidadão e a sociedade que passa a reconhecer o seu papel político –, consistirão em praticantes destes valores.

Por outro lado, a abordagem culturalista ressalta a necessidade da adesão e da vivência dos atores com relação aos valores democráticos, cuja manifestação essencial seria a consciência do seu papel, e de que é deles que parte a prática da política, no cotidiano. Nota-se, portanto, que o caráter subjetivo permeia essa visão, sendo essa característica seu maior objeto de crítica, uma vez que passaria a não considerar a estrutura social e o caráter normativo da própria democracia (BOOTH; HERAS-GÓMEZ, 2015).

Muito embora as visões guardem distinções entre si, o que se pode perceber, no Brasil da atualidade, é que temos uma fragilidade na democracia, seja qual for a nossa consideração de aproximação teórica. O cidadão (ver HABERMAS, 1995) acessa seus direitos, o sistema político garante o voto e a participação, mas ainda assim tais ações não resultam numa plena representação de igualdade social, coletividade e autonomia. De fato, a queda do Regime Militar em 1984 e a abertura do período de redemocratização, a construção de instituições mais participativas, o estabelecimento de instituições de defesas de direitos ou até mesmo a promulgação da Constituição de 1988, por si só, não garantiriam a democracia e, como num passe de mágica, proporcionariam a vivência democrática plena aos cidadãos.

Na sociedade, é possível observar lutas por direitos, cuja motivação advém de uma inquietação, bem como do reconhecimento de suas necessidades. De outra maneira, é possível observar também que não há pleno empoderamento e engajamento do cidadão nas instituições políticas, sendo comum identificar uma democracia com forte dependência do aparelho burocrático do Estado e até mesmo de uma classe política. As democracias que se constituem a partir do ideal de representação institucional são um desafio para a própria sociedade que precisaria, minimamente, compreender o regime de representação. Para Costa (2014, p.79), “A representação é necessária porque a dinâmica da vida social, em contextos modernos contemporâneos, frequentemente vincula a ação de pessoas e instituições a processos complexos”. A complexidade mencionada pelo autor pode afastar o cidadão da compreensão de questões relacionadas ao espaço público e, conseqüentemente,

distanciá-lo da ação política, eximindo-se daquilo que também é sua responsabilidade enquanto cidadão, uma vez que a representação poderia instalar nele o sentimento de que um representante institucional é quem deve fazer. Mesmo nos espaços que se constituem no próprio seio da democracia, como nas organizações da sociedade civil, há um grande desafio para se legitimar a representação frente àqueles a quem representam (LAVALLE; CASTELLO, 2008).

Vale ressaltar que a classe política brasileira traz, em sua formação, uma tradição na qual grupos políticos historicamente constituídos se fecham em zonas de poder, fazendo com que problemas historicamente discutidos no Brasil, como o patrimonialismo, o paternalismo e o coronelismo, por exemplo, dominem importantes espaços da sociedade, colaborando para o enraizamento de determinadas práticas que se consolidam na cultura política. Um exemplo destas práticas está na sazonalidade da participação política – que ocorre especialmente e, por vezes, tão somente nas eleições –, que será discutida adiante, bem como um processo no qual muitos dos cidadãos não se veem parte da política institucionalizada, como em partidos, associações, entre outras instituições. Ao mesmo tempo, a dinâmica da política na vida privada, seja pela discussão dos valores da sociedade no ambiente familiar, seja pela adesão e engajamento próprios em questões políticas mais profundas, que deem significado político à vida de cada cidadão, são relegadas a um segundo plano – ou até mesmo ao “ostracismo”, se considerarmos o ditado ainda fortemente presente na sociedade de que “política não se discute”.

Assim, ao mesmo tempo em que se tem condições favoráveis ao ambiente democrático, nas décadas de 1990 e 2000 se vive uma espécie de “democracia difusa”, que tem diversos significados em diferentes pontos de vista. Neste processo difuso, várias instituições passam a perceber que é preciso, de certa forma, retomar o processo de educação política na sociedade, numa tentativa de fortalecer a própria democracia. Com isso, é possível levar valores cívicos e, de alguma forma, fazer com que o cidadão perceba o seu papel da totalidade na política. É um processo que, embora ainda distante da educação formal em sua plenitude, passa a ter em organizações da sociedade civil importante expressão no período de abertura democrática.

Neste sentido, surgem movimentos diversos que, de uma forma ou de outra, passam a entender que é preciso avançar sobre o que já se constituía em política institucionalizada. Numa tentativa de modernizar as práticas políticas, eclodem discursos de “renovação”, de combate à chamada “velha política”, onde os jovens passam a ter um importante protagonismo. Além disso, muitos dos que não se enxergam nos partidos ou instituições tradicionais, mas sabem que

precisam deles se quiserem vivenciar o sistema já institucionalizado, passam a buscar, nestes movimentos, uma inspiração nova, ou ao menos um “respiro”, para tentar uma nova abordagem na política.

Partindo dessas premissas, o presente artigo tem por objetivo demonstrar a relação dos movimentos de renovação no engajamento destes jovens na política, a partir de sua própria visão enquanto ator político engajado nestes movimentos [de renovação], bem como analisar se estes movimentos contribuem e constituem, de alguma forma, mecanismos de construção de uma cultura política democrática, fomentando práticas e valores que contribuam não apenas para a institucionalização dos próprios movimentos, mas que levem para a sociedade, de algum modo, práticas, conhecimentos e valores relativos à democracia.

Para isto, no tópico seguinte, apresentamos as notas metodológicas sobre a aproximação dos pesquisadores ao campo de estudo.

## Notas Metodológicas

As atividades para a formatação da pesquisa foram iniciadas a partir de um estudo qualitativo, de caráter exploratório, com utilização de dados primários e secundários. Para a etapa inicial, foram usados dados secundários, a partir de um levantamento bibliográfico e documental, na busca pela consolidação dos conceitos estudados e do cenário político, a fim de fundamentar a análise feita, posteriormente, com os dados primários. A coleta de dados primários se deu a partir de entrevistas desenvolvidas com atores políticos.

Para a coleta de dados foi elaborado, a partir dos elementos teóricos, roteiro de entrevista semiestruturada. A entrevista em profundidade tinha por finalidade não apenas reconhecer a relação com a política e com o movimento de renovação, mas dar significados aos movimentos de renovação no atual cenário político brasileiro, bem como reconhecê-los (ou não) como instituições que promovem a educação e fortalecem a cultura política. Deste modo, o objetivo da coleta de dados foi compreender especialmente a relação entre estes movimentos de renovação e o engajamento de jovens na política, explorando como os aspectos de institucionalização dos movimentos contribuem para a atração, captação e inserção dos jovens na política e, sobretudo, se contribuem para a promoção da cultura política no ambiente democrático.

Os sujeitos escolhidos para a pesquisa foram atores dos então chamados movimentos políticos de renovação, que lançaram candidatos nas eleições em 2018. Para tanto, foram realizadas 7 entrevistas. Dentre os participantes, 4 são deputados federais eleitos, 1 senador eleito e 2 candidatos à Câmara dos

Deputados não eleitos. Importante ressaltar que, dentre os entrevistados, há quem participe de somente um movimento e quem seja membro de mais de um movimento político de renovação.

De modo a garantir o anonimato, por algumas questões abordarem, diretamente, críticas aos seus próprios movimentos, as falas dos entrevistados foram codificadas (entrevistado A, B, C, etc.) e os movimentos não serão citados nominalmente.

Em relação ao tratamento dos dados, as entrevistas foram transcritas e interpretadas, dialogando com o referencial. As interpretações foram dadas a partir da visão ontológico-epistemológica dos pesquisadores, constituídas em um processo de bricolagem, com o agrupamento em temas de estudo e a costura sendo feita, portanto, a partir dos dados primários, secundários (teoria e documentos) e da interpretação dos pesquisadores. Nesta visão, os elementos históricos constituem, também, importantes mecanismos de diálogo que fundamentarão os pesquisadores como, também, contextualizam as vozes dos entrevistados.

Deste modo, os tópicos seguintes tratam, de maneira dialógica, dos achados de pesquisa, apresentados de forma a trazer o diálogo entre a teoria e os achados de pesquisa, não se constituindo separadamente os capítulos teóricos e os achados empíricos, mas alternando-os e apresentando-os conectados, para que, sempre que possível, fique evidente o diálogo dos sujeitos com a teoria ora apresentada.

## **Juventude e Cultura Política: o interesse dos jovens pela política**

A abertura do processo eleitoral na redemocratização poderia ter trazido também oportunidades para a vivência de novos valores na sociedade e uma maior discussão de aspectos da vida coletiva. No entanto, não trouxe um maior debate político, resultando apenas num processo de sazonalidade com relação à participação popular na política. Este processo sazonal é explicado por Kuschnir e Carneiro (1999) como sendo um período em que as discussões políticas ou discursos meramente ideológicos são vivenciados apenas durante os períodos eleitorais, de dois em dois anos, com as eleições municipais e federais. Assim, quando não há instituições que “inspirem” a sociedade a se movimentar quanto aos valores políticos, a ela fica relegada certa acomodação até que algum fato significativo ocorra, como se sempre fosse necessária motivação e como se desconhecesse disciplina e constância.

Por isso mesmo, a preocupação dos estudos da Cultura Política tem sido a de observar as mudanças que ocorrem no ambiente político e como a sociedade enxerga a política (PESCHARD, 2019), trazendo um conteúdo subjetivo e reflexivo. Por isso, compreender o aspecto cultural da política e seu desdobramento ao longo do tempo é também questionar, na evolução da história, as dinâmicas relativas às questões públicas, ao engajamento, e a participação em movimentos e organizações políticas (LOPES, 2004).

De fato, tal processo volta a ressurgir em 2013. Em um contexto de crise com sucessivas investigações criminais ligadas a representantes políticos que resultaram em escândalos de corrupção, a sociedade brasileira fortalecida por um conseqüente descrédito às instituições políticas, de certa maneira, deixa de lado a sazonalidade, voltando a experienciar grandes mobilizações nas ruas e, agora, nas redes sociais.

Como explica Ângela Alonso (2017), podem ser percebidas três fases naquilo que a autora denomina como uma só crise política, ocorrida entre 2013 e 2016. A primeira, a “eclosão do protesto”, foi liderada pelos jovens com o Movimento Passe Livre; a segunda, da “diversificação”, foi caracterizada pela ampliação das pautas de luta e do número de manifestantes; e a terceira, a da “massificação”, na qual doze capitais brasileiras sediaram protestos de diferentes pautas impulsionadas por questões relacionadas, ainda, com tarifas de transporte público, mas que traz também uma população protestando a favor do combate à corrupção, requisitando maior investimento na área da saúde, questionando os gastos com a Copa do Mundo e com as Olimpíadas, dentre outras demandas (ALONSO, 2017).

A ascensão de grupos e páginas políticas nas mídias sociais permitiram que os anseios de diversos brasileiros ecoassem em consonância pela busca de similaridade em suas pautas. É nesse contexto que surgem também os movimentos que, reforçados pela narrativa da mídia, ficaram conhecidos como “de renovação” na política. Em resumo, trata-se de iniciativas da sociedade civil que de maneira autodeclarada ou não, foram apontadas como interessadas em “renovar os rostos e as práticas políticas”, numa percepção, tácita ou implícita a depender também do desejo de quem as vê (DANTAS; SODRÉ, 2019).

São importantes algumas considerações acerca do termo “renovação”, o qual Grohmann (1995) explica que não se pode afirmar que esta seja exclusivamente formada pela vontade do eleitorado. Ela é causada por um conjunto de elementos, onde ocorrem a vontade do eleitorado, os efeitos do sistema eleitoral e os procedimentos e estratégias das elites e partidos. A renovação enquanto conceito deve ser utilizada com cuidado porque, apesar da aparente facilidade

de sua medição, encerra armadilhas em torno de seu significado. Uma delas é a presunção de que a renovação possa ser, *a priori* e isoladamente, associada ou a melhoria do parlamento, mediante ingresso de novos componentes, ou a prejuízos dele, mediante novos componentes politicamente inexperientes.

Desta forma, um dos atores políticos entrevistados, o *entrevistado D*, acredita que o seu movimento tenha se destacado por sua capacidade de engajamento em razão da linguagem moderna e jovem que foi adotada, utilizando as redes sociais para espalhar suas ideias e informar a população. O *entrevistado D* afirma ainda que o movimento do qual participa tem milhões de visualizações por dia nas redes sociais e que esta é a principal ferramenta de mobilização para os atos que organizam, o que chama de militância. Assim, explica que o seu movimento possui três pilares: o engajamento nas redes sociais com uma linguagem moderna e jovem; a militância em torno dos ideais do movimento; e a atuação política nas eleições com candidatos que participam do movimento.

O IBOPE (2013), em pesquisa agregada, demonstrou que 62% dos participantes tomaram conhecimento das manifestações pelo *Facebook*, 29% pela *internet*, 28% entre amigos e colegas, e 14% pela televisão. Em análise sobre a marcação dos eventos de protesto pelo país, Malini (2013) destacou que, em geral, as postagens de convocação e mobilização possuíam mais de duas linhas de texto, algo incomum no ambiente ágil, prático e por vezes “preguiçoso” da rede, significando que as pessoas que o faziam estavam emocionalmente engajadas (GRÔPPO; SOUSA, 2013).

Embora os jovens tenham um papel histórico e importante na influência política, durante a pesquisa foi possível perceber que muitos se engajam em movimentos distantes da política tradicional partidária. Isto porque, nesse caso, os movimentos analisados tendem a se posicionar como apartidários, pelo menos *a priori*. Mesmo que alguns partidos busquem a inserção de jovens, por ser um espaço de poder bastante formal, com processos distantes das juventudes partidárias, os movimentos apartidários, ou que assim se propõem, acabam sendo espaços de maior aproximação dos jovens ao jogo político.

## **Instituições Políticas e Movimentos: a atratividade aos jovens e o desafio da educação política**

Considerando o atual sistema político-eleitoral formal brasileiro, é preciso atribuir aos partidos o título de espaço institucional tradicional da inserção do indivíduo na política (KINZO, 2004). É, portanto, o espaço de maior aproximação dos jovens ao chamado “jogo político”, mas pode ser considerado um processo

posterior, visto que a política é mais ampla, não somente partidária, apesar de haver indicações de uma visão positiva sobre a institucionalização partidária pelo jovem (CORROCHANO; DOWBOR; JARDIM, 2018).

Os jovens podem vivenciar a política na família (TOMIZAKI; SILVA; CARVALHO-SILVA, 2016), na escola, no cotidiano, ou até mesmo na sua igreja ou em sua profissão de fé. Assim, compreender como o jovem constrói sua visão de democracia e é atraído para a política, indo além dos partidos, compreendendo as diversas possibilidades de inserção no ambiente e na prática política, é fundamental.

Ademais, é preciso considerar o processo de educação política (SAMPAIO, SIQUEIRA, 2013; DANTAS, DE ALMEIDA, 2015) como transversal às possibilidades de contato do jovem com a política. A partir de um processo de educação política, se consegue não apenas estruturar valores e crenças, mas em último nível é possível criar elementos que permitam ao jovem se engajar ao conhecer as múltiplas possibilidades de participação na política. Tradicionalmente, se observaria a ideologia como elemento de atração, já que trataria de adesão de valores a práticas institucionalizadas.

Como já dito, com o distanciamento dos jovens das formas mais tradicionais e institucionalizadas de políticas, notou-se um distanciamento dos partidos, que também não correspondiam em suas ações aos valores a que defendiam. Este tipo de jogo político passa a ser questionado pelo jovem, sobretudo quando há um processo de formação política que aumenta a capacidade crítica deste jovem. Neste sentido, a educação é um elemento fundamental no processo de construção da visão política, especialmente, para que o cidadão, no caso o jovem, possa compreender o que de fato está ao seu redor, quando se trata de política.

Os estudos de filiação e vínculo ideológico trazem uma ampla visão a respeito disso. Baquero e Baquero (2007) analisaram o valor que os jovens atribuíam à democracia ao longo de duas décadas (década de 90 e início dos anos 2000), buscando identificar, na perspectiva de Krauskopf (2000), a que paradigma de participação juvenil seus posicionamentos se vinculam. Utilizaram dados de pesquisa tipo *survey* e entrevistas, coletados no período 1989-2004, oriundos de amostras probabilísticas de jovens situados na faixa etária de 14 a 20 anos, de escolas públicas e privadas localizadas na área metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A análise focalizou, inicialmente, a compreensão dos jovens a respeito da democracia enquanto valor e, posteriormente, examinou dados a respeito da predisposição para participar e da participação propriamente dita de jovens em ações de natureza democrática, tanto na escola, quanto no espaço público.

Os jovens entrevistados observaram a democracia como algo positivo, uma forma ideal de um sistema político, embora compartilhassem conceitos diferenciados entre si. Alguns equacionaram democracia com liberdade, outros com ordem, outros ainda, com igualdade. As demais respostas associaram democracia com eleições, respeito às leis, forma de governo e progresso. Além disso, os dados sugeriam que os jovens divergem sobre o significado de democracia: se dividem entre os que a veem na dimensão formal e aqueles que a concebem na dimensão de conteúdo. Há, no entanto, uma convergência sobre a importância de incorporar a dimensão social na definição da democracia. É importante salientar que as desigualdades, injustiças sociais e pobreza – problemáticas sociais históricas no Brasil – também moldam as visões de democracia para muitos jovens. (BAQUERO; BAQUERO, 2007).

Nesta mesma pesquisa, para medir a eficácia política no âmbito escolar, os autores solicitavam a opinião dos jovens sobre a importância da participação nas decisões escolares. Os dados apresentados revelavam que 89% deles em 2001 e 79% em 2004, consideraram importante sua participação nas decisões escolares, evidenciando uma predisposição positiva de eficácia política entre eles no âmbito da escola.

Contudo, posteriormente, quando perguntados sobre a predisposição para a participação política, a análise dos dados indicava que 53% dos jovens em 2001 e 65% em 2004, consideravam importante a sua participação em atividades políticas, revelando níveis mais baixos de predisposição para participar na esfera pública, se comparados com a esfera escolar. Na esfera política, os dados são mais contundentes: 55% em 2001 e 58%, em 2004, não costumam participar de nenhum tipo de atividade política. Quando participavam, os índices mal ultrapassaram 10%.

Resultados semelhantes são relatados por outros pesquisadores: Nazzari (1995), em estudo sobre a socialização política de jovens paranaenses, e Baquero (1997), em pesquisa com adolescentes gaúchos. Nazzari (1995) constatou que os jovens paranaenses têm vago conhecimento sobre os problemas nacionais e carecem de valores democráticos fundamentais como a confiança nas pessoas e nas instituições. Já Baquero (1997) observou, em adolescentes gaúchos, a tendência à descrença e ao ceticismo em relação à política e aos valores democráticos, apesar de manifestarem um sentimento favorável à democracia de forma abstrata (BAQUERO; BAQUERO, 2007).

Além disso, Martins e Dantas (2004) trazem a reflexão de que ao longo do processo constituinte (WHITAKER et al., 1989), previam que o brasileiro envolver-se-ia ativamente nas decisões políticas, visto o contexto histórico do processo de redemocratização. Contudo, assistiu-se a um distanciamento e a uma descrença acentuada nos representantes, na democracia, nos partidos, no Poder

Legislativo, no Executivo e no voto, especialmente gerada pela desconfiança ou pelo distanciamento institucional (MOISÉS, 2008; 2013).

Em 2000, a *Fundação Perseu Abramo* entrevistou jovens entre 15 e 24 anos em dez regiões metropolitanas do país e constatou que 80% confiavam em suas famílias totalmente, 39% em seus professores e 30% na igreja e nos padres católicos. Enquanto isso, o percentual que depositava plena confiança nos vereadores, no governo federal, nos partidos políticos e nos deputados e senadores, separadamente, era inferior a 2% (MARTINS; DANTAS, 2004).

É preciso, no entanto, considerar que comportamentos sociais e políticos são aprendidos. Vale lembrar, conforme Schmidt (2001), que o ser humano é fruto das circunstâncias sociais e de suas opções pessoais. Ou seja, comportar-se como sujeito ativo ou como indivíduo politicamente passivo tem muito a ver com a própria trajetória, com as vivências e oportunidades de aprendizado. Assim, o processo de constituição das atitudes políticas condiciona o comportamento. O caráter democrático não é inato, é construído (SCHMIDT, 2001, p. 17).

Pode-se considerar, ainda, as discussões críticas de Hannah Arendt (2004) à ideia de Aristóteles de que o homem é um ser político. Ao contrário, Arendt argumenta que essa visão aristotélica conduz equivocadamente à inferência de que a política seria, então, inerente à natureza humana. Esse argumento é contestado por Arendt porque, em sua visão, a política é uma construção social e histórica, resultado da socialização e do aprendizado para a vida em sociedade. A política é fruto do aprendizado humano para lidar com a *res publica*. Portanto, os seres humanos aprendem a se tornar políticos, mas não nascem com esse atributo (BARROS, 2016). Para viver a democracia é preciso aprendê-la e apreendê-la como valor e atributos próprios, além de vivenciá-la em sociedade.

Ao desenvolver seu raciocínio, Hanna Arendt produz pensamento político combinado com hermenêutica da cultura, a partir de uma reflexão filosófica e sociológica sobre como acomodar o novo no mundo. Afinal, a criança é nova no mundo e o mundo é novo para a criança.

Assim, a escola é um lugar de novidade para a criança e um espaço de produção de inovação. Contudo, se a inovação e a reinvenção do mundo são essenciais, a conservação também o é, ou seja, a autora defende uma relação dialética entre o novo e o tradicional, ao lembrar que não existe futuro sem passado, que não há inovação sem tradição. Em outras palavras, o florescer de inovações requer raízes de tradição para nutrir e alimentar os brotos e rebentos entregues ao mundo pela natalidade (ARENDRT, 2000). A educação é o mediador entre o velho e o novo, entre a criança e o mundo. É a educação que prepara o cidadão para atuar na esfera

pública, por meio de um contrato dialógico entre os velhos e os novos. Trata-se, pois, de um compromisso hermenêutico entre o horizonte de compreensão ligado ao passado, ancorado no presente, mas com vistas ao futuro (BARROS, 2016).

Desta forma, podemos ainda considerar as contribuições de Pedreira (2015) a partir da pesquisa *Sonho brasileiro da política*, um desdobramento de levantamento denominado *Sonho brasileiro*, realizado em 2011, que buscava compreender valores gerais de jovens de 18 a 24 anos no país.

O enfoque político foi motivado pelas jornadas de 2013 e reuniu respostas de 1.428 participantes, com idades entre 18 e 32 anos. A combinação de métodos quantitativos e qualitativos trouxe conclusões relevantes sobre diferentes perfis de participação e ativismo político por parte dos jovens, carregando uma visão crítica desse público em relação às formas e às instituições formais da democracia representativa.

A autora responsável pela pesquisa concluiu sua análise observando que “novas práticas de participação política estão sendo testadas e colocando em xeque os limites impostos pelos sistemas políticos atuais [...], o jovem é o principal ator das novas movimentações políticas no Brasil e no mundo”. Além disso, o levantamento mostra o desejo de o público ouvido compreender mais a política, destacando e reconhecendo a escola como o lugar para isso ocorrer de maneira formal. (DANTAS; LAMARI, 2019).

Dantas e Estramanho (2015), por sua vez, partem de duas pesquisas distintas realizadas em São Paulo, capital, para compreenderem como a juventude se relaciona com a democracia. A primeira pela *Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo* (FESP-SP), coordenada por Rodrigo Estramanho, ouviu 1.130 entrevistados entre 15 e 29 anos em 2014. A segunda segue a lógica dos questionários dos cursos de Iniciação Política da *Fundação Konrad Adenauer* (KAS), aplicados em 2014 a estudantes, neste caso um grupo de 559 jovens de escolas públicas, sendo que mais de 90% deles com idades entre 14 e 18 anos. Os autores concluem que a visão mais ampla, trazida pelo levantamento da FESP-SP, aproxima os jovens de percepções mais gerais, afastadas e incrédulas da política, capturadas junto à população em geral.

Já o levantamento da KAS é impactado por um curso de nove horas de duração e os jovens concordam que a política é um conteúdo relevante a ser disseminado formalmente nas escolas. A despeito dessa demanda, a não concretização dessa agenda, mostra o artigo, pode ser uma das responsáveis pela descrença e pelo afastamento em relação às instituições formais mostradas pela FESP-SP, mesmo que “a educação política não gere aumento imediato da confiança dos

jovens cidadãos nas instituições políticas típicas” ao menos seria capaz de fazê-los “perceber a importância da informação e do conhecimento específico sobre política como elemento indispensável na qualificação do voto, sinônimo de exercício da cidadania nas democracias representativas”. (DANTAS, LAMARI, 2019).

Ainda, em agosto de 2018, a *Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo* realizou uma pesquisa com cerca de 1.400 jovens do Ensino Médio regular da rede municipal da capital paulistana. O objetivo principal do estudo foi compreender o que os jovens pensam sobre a política, como vivem e a enxergam. Uma das perguntas incluídas nesta análise, textualmente, dizia: “Na sua opinião, o que os partidos políticos brasileiros precisam fazer para se tornarem mais próximos e atraentes para a juventude?” (DANTAS, 2020).

O resultado desse levantamento demonstrara que 33% dos jovens participantes acreditavam ser necessário que os partidos tenham ideias claras de projetos para os jovens, assim como 22% mencionavam a importância de terem uma comunicação moderna. Ainda, 14% trouxeram a importância de grupos para jovens nos partidos, 12% acreditavam ser preciso ter candidatos jovens, e outros 12% afirmaram que os partidos são um caso perdido. Os demais 7% se dividiam em 5% que responderam que não sabiam, 1% que aceitavam os partidos como são, e 1% que apostavam na mudança de nome do partido.

Dantas (2020, p.9) explica, então, os resultados, confirmando que o levantamento realmente diz muito em relação à política atual.

A primeira análise é extremamente positiva: a despeito de quase um quarto que indica que a causa está perdida e de apenas 2% que apontam que está tudo bem, os jovens consultados têm algo a dizer para as legendas. E está fácil compreender. Uma agenda estruturada pela juventude, uma comunicação moderna e o envolvimento de gente de menos idade.

Em um contexto contemporâneo, não se pode relegar a importância que as mídias assumem no processo de politização. Enquanto espaços de reivindicação e até de educação política (PINHEIRO, PAGANI, DE MARCHI, 2018), as modernas mídias sociais são grandes atratores e proporcionam a possibilidade de engajamento nas questões mais diversas. A pluralidade das informações, a acessibilidade – apesar de o acesso ainda não ser completamente democrático, afetando principalmente as camadas mais pobres – e a velocidade das informações, ganham na atualidade um espaço importante, influenciando sobremaneira no “jeito” de fazer política (BAQUERO; BAQUERO; MORAIS, 2016), dividindo o espaço antes ocupado pela mídia tradicional – que por muito tempo cumpriu este papel de informar a sociedade e trazer as importantes questões relativas à política (DANTAS, DE ALMEIDA, 2015).

Logo, assumem as mídias sociais um importante papel frente aos movimentos que aqui analisamos, por justamente trazer não só as oportunidades de acesso, como também a possibilidade de se criar uma linguagem atrativa (ZHANG et al, 2010), o que pode ser favorável para se criar, inclusive, laços de representação mais sólidos entre as instituições e o jovem, influenciando, inclusive, no engajamento e participação no processo político, para além da questão sazonal.

Portanto, todos estes elementos nos levam ao que buscamos, aqui, questionar: qual o papel das instituições e movimentos que até então citamos e que fazem parte do ambiente democrático para os atores entrevistados nesta pesquisa?

Trazendo esse contexto para a nossa abordagem, e complementando as análises feitas neste tópico, ilustramos com as palavras do *entrevistado J*, a reflexão entre as expectativas dos jovens perante a política tradicional e o seu respectivo espaço de atuação.

Então, acho que dentro dos partidos falta isso, falta formação, tem muitos jovens que às vezes entram nos partidos achando que é o único caminho para se envolver com política, hoje as instituições cada vez mais se fecham, então eu vejo que a população sente falta, porque todo mundo tem vontade de aprender, de adquirir conhecimento e às vezes sente falta de um espaço para atuar.

O *entrevistado H*, ao mencionar as estruturas da política tradicional, defende a posição individual com candidaturas avulsas, acredita que deva existir um cartório privativo dos partidos, visto que são estruturas engessadas e que dificultam o relacionamento entre os membros. Mesmo os partidos mais novos, o entrevistado afirma que não conseguem dialogar como os movimentos. O entrevistado continua demonstrando que, por vivermos em uma sociedade que demanda mais velocidade na comunicação, seriam necessários espaços fluidos, abertos ao diálogo, principalmente com o público mais jovem, pois faria muita diferença.

Neste sentido, no ambiente dos movimentos de renovação, a questão de sintonizar a proposta de abordagem do movimento à linguagem daquele público que queriam atrair, foi fundamental. O *entrevistado D* explica que, ao fundarem o seu movimento, tiveram uma preocupação até com a forma como apresentariam os ideais e valores norteadores, visto que a linguagem técnica não atrairia o público jovem. Por isso, a missão era reunir jovens que queriam mudar o país considerando estes ideais e valores, mas sempre através de uma linguagem simples que atingisse a sociedade como um todo.

Ainda sobre a importância de uma linguagem acessível, o *entrevistado C* vai ainda mais longe ao comentar sobre o que motivou a sua inserção na política.

Na adolescência, eu comecei a despertar meu interesse pela arte, pela música e com isso eu fui chegando à cultura *hip hop* que foi a minha primeira escola de formação política e artística. Iniciei minha atuação como cantora de rap em um grupo, em 2002. (...) Era um espaço permanente de ativismo que unia o fazer artístico com o pensamento crítico nas quebradas e na cidade como um todo. A possibilidade de vivenciar, por meio do *hip hop*, o encontro das questões juvenis, das culturas periféricas, de gênero e étnico-raciais foi determinante para a minha formação e atuação sociopolítica.

Essa motivação perpassa a inserção na política, visto que também é mantida ao longo dos processos políticos partidários. O *entrevistado K* explica que os partidos políticos estão em crise em relação à agenda política e à ideologia, sendo pouco claros em relação ao que defendem. Destaca, no entanto, que os movimentos de renovação surgem com agendas claras, uma linguagem acessível, pautando o diálogo, e acabam suprindo a falta da atuação dos partidos. Além disso, cita um dos papéis fundamentais dos partidos políticos, a formação, o que também considera muito aquém se comparado à atuação dos movimentos de renovação.

O *entrevistado J* complementa, ao mencionar que os movimentos de renovação dos quais participa foram decisivos para que percebesse que há outras maneiras de participar da política.

É ter ciência que não necessariamente você precisa estar em um partido político para fazer política. Mas ao mesmo tempo a gente consegue enxergar quais são os objetivos de um partido, e quais são os objetivos de uma organização que busca a renovação ou defende alguma causa. Acho que o partido é mais disputa de poder, eles vão fazer de tudo para chegar lá e quem estiver do lado vai estar junto, talvez organizações também sejam um pouco assim, quem é mais próximo vai chegar à frente, mas a intenção deles não é necessariamente passar ou enganar quem está do lado, mas instruir. Acho que dentro de um partido não existe instrução, não existe formação, não existe esse tipo de explanação de como funciona o sistema político, não adquire nada lá dentro, a não ser uma guerra de poder, de vaidade e ego.

Ainda, o *entrevistado B* demonstra essa oxigenação que os movimentos políticos de renovação trouxeram frente aos partidos políticos. Em sua análise, explica que os movimentos de renovação, por serem suprapartidários, possuem espaço para dialogar com vários partidos, não há somente um projeto político de poder, os movimentos são uma unidade de pessoas que possuem uma ideia de projeto de governo melhor e não colocam o poder acima dele.

O *entrevistado A* expõe que essa oportunidade de fazer política além do espaço político partidário é imprescindível, visto que as conexões entre os atores políticos, características, valores e ideais, podem ser continuadas mesmo sem estarem no mesmo partido político, demonstrando inclusive como deveriam ser os espaços de diálogo dentro dos Poderes, em especial entre parlamentares do Congresso Nacional. Além disso, explica que os movimentos possuem estruturas mais próximas da sociedade civil, demonstrando que é mais fácil engajar pessoas para participar da política através dos movimentos, visto que possuem formações e espaços de interação amplos, com valores e princípios claros.

Dessa forma, considerando as análises supracitadas, podemos perceber que os partidos políticos, mesmo com as estratégias usadas na década de 90 para atrair novos filiados com um aspecto educativo através de suas escolas de formação, não obtiveram êxito, visto que são vistos apenas como um espaço de poder.

Neste contexto, depois do período de estabilidade, percebemos que os movimentos políticos de renovação usaram esse espaço deixado pelos partidos como uma oportunidade de demonstrar novas formas de se fazer política, por meio de um prisma de formação, priorizando espaços de diálogo, com conexões de valores e princípios entre os seus membros, através de uma linguagem mais próxima da sociedade civil e principalmente dos jovens.

## Considerações Finais

Neste trabalho, tentamos buscar elementos que demonstrassem como os jovens que se engajam nos chamados movimentos políticos de renovação política enxergam a sua inserção no processo de política, e se de fato isto representaria uma mudança. Estes movimentos de renovação surgem com um discurso de movimentos suprapartidários e, sobretudo, com uma linguagem e abordagem mais atrativas, tentando justamente buscar no jovem, que até então não tinha um protagonismo ativo, um maior engajamento nas questões democráticas.

Percebeu-se que, de fato, os movimentos de renovação são mais atrativos, já que conseguem alinhar elementos de cotidianos e, com frequência, equacionar valores e práticas que muitas vezes são únicos ou precisam ser adequados ao que é ofertado como oportunidade nos partidos. Além disso, a ideia de processos mais próximos de seleção e de comunicação, facilitam que o jovem possa se aproximar da prática da política. Estes movimentos têm, sobretudo, trazido contribuições no que se refere à educação para a política, o que proporciona com maior facilidade a formação de uma cultura política democrática, ou pelo menos, de um aprendizado maior sobre as questões relevantes da democracia.

Logo, é possível estabelecer uma relação entre estas dinâmicas de atração e formação do jovem nestes movimentos de renovação e a consolidação de valores e práticas que ampliam as possibilidades de compreensão, participação e engajamento na ação política, possibilitando que jovens, alguns antes desencantados com a vida política, passem a exercer o protagonismo na política, trilhando caminhos que os levem ao engajamento naqueles aspectos importantes da democracia, ou mesmo, estimulando sua candidatura e maior participação nos processos eleitorais.

## Referências Bibliográficas

- ALONSO, A. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos**, São Paulo, n. ju 2017, p. 49-58, 2017.
- ARENDT, H. **O que é política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- BAQUERO, R.; BAQUERO, M. Educando para a Democracia: valores democráticos partilhados por jovens porto-alegrenses. **Ciências Sociais em Perspectiva**, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Cascavel. Centro de Ciências Sociais Aplicadas - (06) 11: 139-153, 2º sem. 2007.
- BAQUERO, M. O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil: um estudo preliminar de socialização política. **Cadernos de Ciência Política**, Porto Alegre, n. 8, jul. 1997.
- BAQUERO, M.; BAQUERO, R. V. A.; MORAIS, J. A. de. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 37, n. 137, p. 989-1008, dez. 2016.
- BARROS, A. T. de. Educação e Legislação: Desafios para o aprendizado político e a cultura democrática. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, nº. 136, p.861-872, jul.- set., 2016.
- BOOTH, J. A.; HERAS-GÓMEZ, L. Democracy in Latin America: status and prospects. **Convergencia**, v. 22, n. 67, p. 55-84, 2015.
- CORROCHANO, MARIA C.; DOWBOR, MONIKA; JARDIM, FABIANA A. A. Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes? **Laplage em Revista**. 30;4(1):50-66, jan. 2018.
- COSTA, J. Bobbio e a Democracia Igualitária (ou) Os Paradoxos de Bobbio. IN: PINHEIRO, D. M; MELO, D.; COSTA, J. (orgs). **Democracia: desafios, oportunidades e tendências**. Florianópolis: Imaginar o Brasil, 2014.

DANTAS, H.; ESTRAMANHO, R. Como a juventude se relaciona com a democracia: compreensões com base em pesquisas. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVI, v. I, 2015.

DANTAS, H.; ALMEIDA, R. E. DE. Educação política no Brasil: desafios aos 30 anos de democracia. **Conexão Política**. 2015 Jan 1;4(1).

DANTAS, H.; LAMARI, R. E. A relação de jovens do ensino médio com a política: análises a partir de grupos de estudantes de escolas públicas de São Paulo-SP e Itapevi-SP. **Revista do Legislativo Paranaense**. Curitiba, n.3, Ago/2019, p. 91-107.

DANTAS, H. Partidos Políticos versus movimentos de renovação: um debate necessário. **Revista de Debates da Fundação Verde Herbert Daniel**. Brasília, nº 332, ano 9 jul/ago/set, 2020.

DANTAS, H.; SODRÉ, M. Renovação? O que de fato verificamos nas eleições de 2018? **Cadernos Adenauer XX**, n. 1, p. 25-43, 2019.

GROHMANN, G. Questões metodológicas acerca da Renovação Política nos Legislativos. **Anais: II Seminário Nacional sobre Comportamento Político**. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, 1995.

GRÔPPO, L.; SOUSA, G. DE. Educação Política: da rede para as ruas. **Revista GEMInIS** da Universidade Federal de São Carlos, ano 4, n. 2, v.2, p. 48-64, 2013.

HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. **Lua nova: revista de cultura e política**, n. 36, p. 39-53, 1995.

IBOPE, Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. **Levante popular**. 18 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/conhecimento/Infograficos/Paginas/Levante-Popular.aspx>>. Acesso em: 20 out. 2021.

KINZO, M. D. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.19, n.54, fev. 2004.

KRAUSKOPF, D. Dimensiones críticas en la participación social de las juventudes. In: BALARNINI, S. (coord.). **La participación social e política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo**. Buenos Aires: CLASCO, 2000.

KUSCHNIR, K.; CARNEIRO, L. P. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999.

LAVALLE, A. G.; CASTELLO, G. Sociedade, representação e a dupla face da Accountability: cidade do México e São Paulo. **Caderno CRH**, v. 21, n. 52, pp. 67-86, 2008.

LOPES, Denise M. N. N. Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 162-187, 2004.

MALINI, F. A Batalha do Vinagre: por que o #protestoSP não teve uma, mas muitas hashtags. **Labic**, 14 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.labic.net/cartografia-das-controversias/a-batalha-do-vinagre-por-que-o-protestosp-nao-teve-uma-mas-muitas-hashtags/>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MARTINS, J. P. J.; DANTAS, H. O Índice de Participação e a importância da educação. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. X, nº 2, Outubro, 2004, p. 268-287.

MOISÉS, José A. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista brasileira de ciências sociais**, n. 23, 2008, p. 11-43.

MOISÉS, JOSÉ A.; MENEGUELLO, RACHEL. Os efeitos da desconfiança política para a legitimidade democrática. IN: MOISÉS, JOSÉ A.; MENEGUELLO, RACHEL. **A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia**. São Paulo: Edusp, p.11-24, 2013.

NAZZARI, R. K. Socialização política e construção da cidadania no Paraná – 1993-1994. **Dissertação** (Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995).

PEDREIRA, B. Sonhos da juventude brasileira: a política além do voto. **Cadernos Adenauer XVI**, n. 1: Juventudes no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2015.

PESCHARD, JACQUELINE. **La cultura política democrática**. 2ed. México DF: Instituto Federal Electoral, 2019.

PINHEIRO, DANIEL M.; PAGANI, CAMILA; MARCHI, JÚLIA DE. Political Education Through Digital Platforms. In: Thirteenth International Conference for ISTR, 2018, Amsterdam. **Conference Working Paper Series**, 2018. v. XI.

SCHMIDT, J. P. **Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2001.

TOMIZAKI, KIMI; SILVA, MARIA G. V.; CARVALHO-SILVA, HAMILTON H. DE. Socialização política. **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 37, n. 137, p. 929-934, 2016.

WHITAKER, F. et al. **Cidadão Constituinte**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

ZHANG, W.; JOHNSON, T. J., SELTZER, T.; BICHARD, S. L. The revolution will be networked: The influence of social networking sites on political attitudes and behavior. **Social Science Computer Review**, 2010, 28(1), 75-92.